



## 30 anos do Diap são homenageados em sessão solene do Senado Federal

O Senado Federal realizou, no dia 2 de dezembro, sessão solene destinada a comemorar os 30 anos de fundação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). O pedido de homenagem foi formulado pelo senador Paulo Paim (PT-RS) por meio do Requerimento nº 1.322/2013.

Paim presidiu a sessão solene e foi o primeiro a discursar. Ato contínuo, o senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), passou a presidir a sessão e também rendeu homenagens ao Diap, além de conceder a palavra aos diretores do Diap, Epaminondas Lino de Jesus e Antônio Augusto de Queiroz.

Mesmo tendo compromissos assumidos anteriormente, o presidente do Senado e do Congresso Nacional, Re-

nan Calheiros (PMDB-AL), fez questão de prestigiar e presidir o encerramento da sessão solene.

Antes de finalizar a homenagem, Renan passou a palavra ao senador Valdir Raupp (PMDB-RO) e, posteriormente, ao diretor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Clemente Ganz Lúcio.

A sessão solene foi prestigiada também por funcionários do Departamento, por inúmeras lideranças sindicais, representantes de entidades filiadas e servidores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, além de ter sido transmitida ao vivo pela TV e Rádio do Senado para milhares de telespectadores. A seguir, reproduzimos a íntegra dos discursos proferidos.



# Ata da 218ª Sessão, Especial, em 2 de dezembro de 2013

## 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Paulo Paim e Rodrigo Rollemberg.

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 34 minutos e encerra-se às 12 horas e 41 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos. A presente Sessão Especial destina-se a comemorar os 30 anos do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), nos termos do Requerimento nº 1.322, de 2013, de autoria deste Senador e de outros. Composição da Mesa. Convidamos o Superintendente do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, Sr. Epaminondas Lino de Jesus; convidamos também o Diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, Sr. Antônio Augusto de Queiroz. Convidamos o Diretor Técnico do Dieese, Sr. Clemente Ganz Lúcio. O Senador Rodrigo Rollemberg também já se encontra conosco. Eu estou presidindo a Comissão de Direito Humanos, onde está acontecendo um debate sobre a morte de 242 jovens na boate Kiss, em Santa Maria. É um debate muito tenso e muito forte. Eles fizeram um apelo enorme para que eu suspendesse aquela audiência pública e viesse aqui para esse compromisso, de um projeto de minha autoria, que é essa sessão de homenagem. Eu diria que a nossa história do movimento sindical está vinculada diretamente ao Diap. O Diap sempre esteve ao nosso lado mesmo antes da Assembleia Nacional Constituinte, quando aqui, em plena ditadura, já era o Toninho, era o Ulisses, que sempre estiveram do nosso lado, fazendo o bom debate na construção de políticas sociais, principalmente, na ótica do movimento sindical e dos trabalhadores. Ao longo da Constituinte, que foi fundamental.

Eu me lembro, Toninho, daquele encontro na Contag, no espaço da Contag. Lá estávamos nós a elaborar aquela proposta que acabou sendo o coração do texto que tratou da Ordem Social, principalmente do art. 6º ao 12; o capítulo dos servidores públicos também foi fundamental. Depois trabalhamos e articulamos também a proposta no campo da previdência, sempre com a participação das entidades e, naturalmente, liderados pelo Diap. Então,



Toninho, esses 30 anos do Diap têm uma história bonita, que é um orgulho muito grande para todos nós. Este pronunciamento que faço será rápido, mas bem objetivo e sincero, por conhecer o Diap em toda sua história. Ele tem um papel fundamental ainda, com certeza, no dia a dia das nossas vidas e vai continuar tendo por muito tempo. Faço essa rápida introdução e convido o Senador Rollemberg para que, daqui, da Presidência, faça o seu pronunciamento. Depois, ele passará a palavra para os nossos convidados da Mesa. Eu retorno à Comissão de Direitos Humanos para fazer o fechamento daquela reunião e volto ao plenário para liberar o Senador Rollemberg. Pode ser assim? Estamos aqui trabalhando... Trabalhar é isso, não é, Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF. Fora do microfone.) – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Rollemberg vai atender outro pessoal mais tarde, e eu tenho de fechar os encaminhamentos na reunião sobre a boate Kiss, mas não poderia deixar de vir aqui abrir esta sessão tão importante em homenagem aos 30 anos do nosso querido Diap. Então, neste momento, convido o Senador Rollemberg a assumir a Presidência. Daqui da Presidência, ele fará o seu pronunciamento e convidará os membros da Mesa a também se posicionarem sobre a importância dos 30 anos. Nesse período em que o Senador Rollemberg fica aqui e



os três falam, dá tempo de eu encerrar a outra reunião. Obrigado, Rollemberg. V. Exa. é parceiro sempre. É uma alegria trabalhar com V. Exa.!

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Prezado Sr. Epaminondas Lino de Jesus, Diretor-Superintendente do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar; prezado amigo Antônio Augusto de Queiroz, Diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar; prezado Sr. Clemente Ganz Lúcio, Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos; prezado Senador Paulo Paim; prezados dirigentes sindicais que nos honram com as suas presenças; quero, em primeiro lugar, cumprimentar o Senador Paulo Paim pela iniciativa de fazer esta homenagem ao Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Esta é uma homenagem justa, porque se trata de uma instituição que hoje congrega mais de mil entidades sindicais de trabalhadores, reunindo centrais, confederações, sindicatos e associações, distribuídas em todos os Estados brasileiros e no Distrito Federal, que desenvolvem um trabalho da maior importância em defesa das trabalhadoras e dos trabalhadores brasileiros.

Quero aqui homenagear um grande brasileiro, uma pessoa que nos é muito querida, especialmente para nós do PSB, o advogado trabalhista Ulisses Riedel de Resende. Ele foi um dos fundadores do Diap, em 19 de dezembro de 1983, com a finalidade de atuar junto aos poderes da República, em especial no Congresso Nacional, e, excepcionalmente, junto às assembleias legislativas e câmaras de vereadores, no sentido da institucionalização e transformação em normas legais das reivindicações dos trabalhadores. Embora o Diap tenha sido criado em 1983, a ideia da sua criação surgiu muito antes, em 1988, quando Ulisses Riedel foi convidado pelo governo norte-americano, juntamente com outros cinco advogados brasileiros, a conhecer a organização sindical americana. Lá, Ulisses Riedel e esses advogados conheceram o funcionamento dessas organizações sindicais e sua atuação no Congresso Nacional. Acompanharam a pauta, a agenda legislativa, a atuação dos Parlamentares, interferindo e dando notas, mas sempre tendo como critério a defesa dos trabalhadores.

Naquela época, como o Brasil estava sob o regime dos militares, cujas características ditatoriais praticamente retiravam do Congresso qualquer capacidade legislativa,



a criação do Diap teve que esperar. Só após o início da transição democrática, em 1974, e depois do ciclo de greves, em 1978, que a ideia foi se maturando ao longo de todos esses anos e pôde começar a ser articulada. Um dos primeiros grandes líderes sindicais a se interessar e a apoiar a criação do Diap foi o Comandante Aloísio Ribeiro, um dos diretores da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos.

Em agosto de 1981, no Primeiro Congresso Nacional de Estivadores, Portuários, Marítimos, Fluviais, Aeroviários, Aeronautas e Pescadores, a ideia de se pôr em prática a criação do Diap, já esboçada por Ulisses Riedel, foi colocada em votação e aprovada. Então foi aprovado neste Congresso o esboço de um órgão suprapartidário, desvinculado de qualquer corrente ideológica, partidária ou religiosa, mas comprometido com a defesa dos trabalhadores e comprometido em bem informá-los e também os parlamentares.

Faço um registro aqui que me agrada muito, amigo Toninho, que, com respaldo deste Congresso – e o Ulisses Riedel conta isso algum tempo depois –, aponta como um dos grandes apoiadores da ideia de criação do Diap o então Presidente da Confederação Nacional dos Jornalistas Armando Rollemberg, que é meu irmão. E, segundo o relato do Ulisses Riedel, ele foi um dos grandes apoiadores da criação do Diap, especialmente por ter influência na mídia como Presidente da Confederação Nacional dos Jornalistas. Ulisses considerou esse apoio importante. Em seguida, também houve o apoio dos radialistas e dos ferroviários. No dia 19 de dezembro de 1983, dois dias após o encerramento do Estado de emergência que na época vigorava em Brasília, na sede da Contag em Brasília, foi fundado o Diap, em uma reunião que contou com 51 entidades que aprovaram os estatutos, elegeram e deram posse à primeira diretoria e definiram a contribuição das entidades associadas.

O primeiro objetivo do Diap, entre 1983, ano de sua criação, até 1987, quando se deu início aos trabalhos constituintes, foi de organizar e planejar sua preparação para a Constituinte de 1987/1988. Nesse sentido, podem ser apontadas três importantes ações da organização: a criação do Jornal do Diap, em 1985; a publicação do livro Quem é Quem, em 1986; e, sobretudo, a criação de projetos de ação. O lançamento do Jornal do Diap, em 1985, foi importante, pois se estabeleceu como primeiro canal de comunicação entre a organização e as entidades sindicais.

Em 1986, foi publicado o livro Quem é Quem, primeira publicação que, a exemplo do que acontecia no Departamento Legislativo norte-americano, deu notas aos parlamentares de acordo com o seu desempenho, no que diz respeito, sobretudo, à defesa dos interesses dos trabalhadores. No caso desta publicação do Diap, foi avaliada a atuação dos Deputados da Legislatura 1983/1987. Foi levada em consideração a atuação dos Deputados nas votações dos Decretos-Leis de arrocho salarial (2.024, 2.025, 2.065 e 2,100), da estabilidade no emprego, das Diretas-Já para Presidente da República, do Colégio Eleitoral, além de declarações dos parlamentares em relação a diversas outras matérias.

Mas foi na elaboração dos projetos de ação, isto é, em sua ação propositiva que o Diap exerceu seu papel mais importante no período pré-Constituinte. A organização elaborou oito projetos, sendo que os cinco primeiros são anteriores à Constituinte e propunham temas que seriam defendidos pelo Diap durante os trabalhos na Assembleia Nacional Constituinte. Projetos proibindo a demissão imotivada, defendendo o poder normativo da Justiça do Trabalho; um terceiro relacionado com a organização sindical; outro tratava da ampla garantia ao direito de greve; outro se refere às demais questões de interesse do Diap na Constituinte, como a participação nos

lucros, a cogestão, a reforma agrária, entre outros. Foram feitos cinco congressos nacionais do Diap, que resultaram em uma ampla adesão do movimento sindical, a qual é símbolo o Documento 22, assinado por dez confederações e três centrais sindicais, além da Andes, no qual se comprometem a apoiar o trabalho do Diap na defesa dos interesses consensuais dos trabalhadores na Constituinte. Pode-se afirmar que esse documento formaliza o projeto elaborado pelo Diap e significa a vitória a organização no que diz respeito à consolidação de um bloco unificado dos trabalhadores.

Nesses 30 anos, o Diap se constituiu num importante e eficaz instrumento dos sindicatos e dos trabalhadores brasileiros, seja para acompanhar a tramitação de matérias do interesse dos trabalhadores no Congresso Nacional, seja produzindo estudos e pesquisas que ajudaram a elevar o nível de conscientização e de politização dos trabalhadores e seus sindicatos. Um dos trabalhos mais conhecidos e respeitados do Diap, realizado desde 1994, é a pesquisa que elege os “100 Cabeças do Congresso” e, entre eles, os Dez Parlamentares mais influentes” do Poder Legislativo, de acordo com a percepção sobre o poder e a capacidade de liderança dos eleitos na definição da agenda legislativa. O Diap oferece vários serviços para as entidades filiadas e para o público em geral. Diariamente, a Agência Diap confecciona um boletim que é enviado aos filiados por e-mail e disponibilizado na página do departamento na internet. Com periodicidade mensal, publica o Boletim e o Jornal do Diap.

Além disso, edita séries anuais, como “Os Cabeças do Congresso Nacional”, “Agenda para Falar com os Poderes” e outras publicações, como “Estudos Técnicos”, “Estudos Políticos”, “Caderno Debate” e o diagnóstico da atuação parlamentar de cada um dos Deputados e Senadores brasileiros. Publicou uma edição histórica “Quem foi Quem na Constituinte”, que rastreou a atuação dos parlamentares durante a Assembleia Nacional Constituinte, avaliando o desempenho dos constituintes na votação de matérias de interesse dos trabalhadores. Ter sido Nota 10 do Diap era motivo de orgulho – e ainda é – para muitos constituintes o Diap cumpre um papel muito importante no sentido de assessorar as entidades sindicais e o movimento popular em suas demandas no Congresso Nacional. Faz isso de uma forma transparente, para que os cidadãos em todo o País tenham acesso às informações de sua atuação. As principais conquistas aprovadas no Congresso Nacional, principalmente na elaboração da Constituição de 1988, tiveram a marca do Diap. Em 1986, por exemplo, ocorreu reunião histórica na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, de que participaram os principais dirigentes sindicais do País e a bancada sindicalista.



Na ocasião, o Diap apresentou uma proposta que passou a ser defendida na Constituinte de 1988. Hoje, 80% dela está incorporada no capítulo da ordem social da Constituição Cidadã. Há na história, ainda, outros registros de momentos memoráveis em defesa dos trabalhadores dos setores privado e público, do campo e de aposentados e pensionistas com participação decisiva do Diap. Na elaboração da primeira lei do salário mínimo e da política salarial, foi o Diap o grande colaborador para a elaboração do texto-base, assim como na luta para o avanço de uma redação que garantisse direitos aos trabalhadores brasileiros.

Eu, pessoalmente, tenho uma gratidão muito grande ao Diap e, de forma muito especial, ao Toninho do Diap, porque eu disse isto aqui outro dia quando o Senador Paim anunciou esta sessão: logo que me elegi Deputado Federal e procurava algumas pessoas mais experientes para me aconselhar em relação ao mandato, algumas das sugestões – das avaliações e sugestões – trazidas pelo Toninho foram extremamente relevantes para o sucesso do meu mandato como Deputado Federal. Portanto, para mim, como Parlamentar e hoje Líder da Bancada do PSB no Senado, é sempre bom saber a opinião do Diap sobre os temas de interesse dos trabalhadores que tramitam no Congresso Nacional. Portanto, me sinto muito honrado, muito feliz e na obrigação de estar aqui para parabenizar o Diap e todas as entidades sindicais que fazem parte do Diap, pelo relevante e importantíssimo trabalho que desempenha no Congresso Nacional em defesa dos trabalhadores brasileiros. Vida longa ao Diap. Parabéns. Vamos ouvir agora o Diretor Superintendente do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, o Sr. Epaminondas Lino de Jesus.

O SR. EPAMINONDAS LINO DE JESUS – Em primeiro lugar, eu gostaria de, embora ausente neste momento, porque retornou à Comissão, cumprimentar o Senador Paulo Paim por esta iniciativa desta sessão solene em homenagem aos 30 anos do Diap; cumprimentar o Senador Rodrigo Rollemberg, que aqui está nos prestigiando e presidindo esta sessão neste momento; Toninho, nosso Diretor de Comunicação do Diap, e o Clemente, Diretor Técnico do Dieese, que aqui também nos honra; a todos os presentes, funcionários componentes do corpo técnico do Dieese, que estão presentes, do Diap e toda a equipe que trabalha com o Toninho; Diretores do Diap, que aí se encontram, também, e demais sindicalistas e filiados, que estão nos prestigiando. Eu não vou me alongar, porque, primeiro, o Senador Rollemberg já contou toda a história do Diap, com o seu conhecimento, desde a fundação do Diap. Eu não vou me alongar também porque o Toninho vai falar sobre o trabalho que o Diap vem realizando,



por- que a história do Diap o Senador já contou para nós. Então, quero, neste instante, agradecer a oportunidade, Senador, e dizer que o Diap continua e continuará por muitos e muitos anos ainda prestando o seu serviço a todos os Congressistas. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Epaminondas, pelas suas palavras. Registro a presença entre nós do Ministro Carlos Mathias. Também registro a presença de Moisés Marques, Diretor da Terracap. Passo a palavra, neste momento, ao Sr. Antônio Augusto de Queiroz, Diretor de Documentação do Departamento Sindical de Assessoria Parlamentar. A gente fala, formalmente, com muita formalidade, Antônio Augusto de Queiroz, mas, para todos nós, é o Toninho, do Diap.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ – Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar meus colegas de Mesa, o Senador Rodrigo Rollemberg, uma das melhores revelações da política do Distrito Federal, um Parlamentar cuja trajetória é elogiável sob todos os pontos de vista. Não há nenhuma acusação, do ponto de vista ético ou moral, que comprometa a biografia do Senador. O seu trabalho em favor do Distrito Federal e do Brasil é inestimável. Todos nós conhecemos a sua dedicação e a sua seriedade. O seu grau de influência aqui no Congresso é mensurado frequentemente pelo Diap, que há vinte anos faz esse levantamento a partir de três critérios: o institucional, que é o posto que o Parlamentar ocupa na estrutura da Casa; o reputacional, como é que ele é visto pelos seus colegas, por jornalistas, analistas, etc.; e o decisional, como é que ele se comporta frente às situações concretas.

E, em todas as oportunidades, no plano federal, no seu mandato como Deputado e como Senador, figurou na lista do Diap preenchendo os três requisitos – e não há necessidade de preencher necessariamente os três,



mas o Rodrigo sempre os preencheu, ou seja, sempre atendeu a todos esses quesitos. Há outras instituições que também auferem a atuação parlamentar: uma consultoria importante aqui de Brasília, a Arko Advice, e o Rodrigo também figura na sua publicação Elite do Congresso; e o Portal Congresso em Foco, que também auferem sob outra perspectiva. O Diap analisa sob o grau de influência. O Congresso em Foco analisa sob o aspecto da qualidade do Parlamentar, ou seja, é analisado, a partir de consulta pela internet, do ponto de vista dos serviços que presta à população, da qualidade desses serviços, da postura ética, etc., e o Rodrigo também sempre figura entre os mais influentes lá.

Então, é com muita satisfação que o Diap tem aqui no Rodrigo um amigo, um colaborador, um entusiasta, uma pessoa cujo pensamento está em sintonia fina com o pensamento da entidade. É um pensamento republicano, que honra muito o Distrito Federal, como nosso representante aqui no Congresso. Eu queria também cumprimentar o nosso Diretor-Superintendente, Epaminondas Lino de Jesus, que é um entusiasta do Diap. Sempre deu espaço, como Superintendente, para que a equipe pudesse trabalhar, estimulou, apoiou. Então, é uma figura pela qual nós temos um carinho especial. É também motivo de alegria a presença aqui do Clemente Ganz, que é Diretor Técnico de uma entidade coirmã, o Dieese, cuja trajetória e história todos nós conhecemos pela sua importância, especialmente no levantamento dos dados a respeito do custo de vida, dos acordos salariais.

O Dieese, por exemplo, cumpriu um papel fundamental na época da ditadura denunciando a manipulação de dados e estatísticas do ponto de vista do interesse dos trabalhadores, reduzindo o impacto da inflação para evitar que houvesse reajustes semelhantes, compatíveis ou assemelhados àquilo que efetivamente ocorreu no custo de vida. E, mais recentemente, além de ter, hoje, uma das bases de dados mais importantes do Brasil, que não deixa a dever a nenhuma universidade, constituiu uma universidade para formar trabalhadores, servidores públicos e militantes sociais, e está cumprindo esse papel fundamental. Então, tem uma universidade que forma cidadãos, além de ter uma base de dados, como eu disse, com todos os acordos, o que é um parâmetro importantíssimo para a atuação de todos. Eu queria cumprimentar também os colegas do corpo técnico aqui presentes, a Dra. Zilmara, a Dra. Josilma, o ex-Diretor Moisés, o amigo e diretor da CUT Pedro Armengol, o Edson do Mosap, o Vanderlino, Presidente da entidade, e os demais colegas aqui presentes, como o Chiquinho e a Dona Josefa, entre outros amigos da entidade. Para não me alongar muito, eu queria tecer apenas rápidas considerações a respeito da importância do trabalho de uma entidade como o Diap.



O Diap cumpre um papel fundamental como órgão de assessoramento, mas também como órgão de pressão, e atua em defesa dos interesses dos assalariados, de um modo geral, mas também se preocupa com a cidadania no sentido amplo de buscar o aperfeiçoamento das instituições, de valorizar o aperfeiçoamento dessas instituições, porque, especialmente no Brasil, nos últimos tempos, com maior ênfase mais recentemente, tem havido certa desilusão com a política, um descrédito das instituições, o que é péssimo para a democracia, principalmente para o povo mais humilde, porque a consequência disso é uma desorientação política e uma desagregação social. Num ambiente como esse, é fundamental fazer o que o Dieese está fazendo – criando uma universidade –, e o que o Diap tem feito, que é investir em educação e formação política. Estamos convencidos de que não existe solução para os problemas coletivos fora da política.

As grandes conquistas da humanidade resultaram de decisões políticas. As cinco gerações de direito foram resultado de decisão política: os direitos civis, no século XVIII, os direitos políticos, no século XIX, os direitos sociais, no final do século XIX e início do século XX, os direitos coletivos e difusos e os direitos bioéticos. Enfim, há uma série de conquistas fundamentais que são resultados de decisão política. Se a gente pegar apenas os últimos três anos para dar exemplo do quanto é importante esse trabalho de pressão das entidades sindicais, das centrais, dos trabalhadores de modo geral na perspectiva de melhorar as condições de vida dos trabalhadores, eu citaria um conjunto de leis que não existiriam caso não houvesse essa pressão, essa fiscalização: a lei que instituiu uma política de recuperação do salário mínimo, em cuja elaboração o Dieese teve um papel importantíssimo, logo depois da Constituição de 88, juntamente com o Diap; a correção da tabela do Imposto de Renda, que, antes, era ano a ano e agora está sendo por um mandado de quatro anos, um mandato governamental.

Precisamos renovar isto agora, o salário mínimo, em 2015, e a tabela do Imposto de Renda, em 2014. Foi aprovado aqui, no Congresso, com a nossa ajuda, um projeto, transformado em lei, que cria a certidão negativa de débito trabalhista, que obriga qualquer prestador de serviço a estar em dia com as obrigações trabalhistas para poder ser contratado, vender produto ou serviço ao Governo. Conseguimos a ampliação do aviso prévio de 30 para até 90 dias, uma conquista importante. Reconhecimento do tele trabalho; ratificação da Convenção 151 da OIT; o adicional de periculosidade para os vigilantes; o vale-cultura para o trabalhador de baixa renda; a isenção do Imposto de Renda incidente sobre uma parcela da participação dos trabalhadores nos lucros e resultados; e, mais recentemente, a PEC ou a emenda constitucional que estende aos trabalhadores domésticos os mesmos direitos dos demais trabalhadores urbanos e rurais. Citei apenas 10 exemplos dos últimos quatro anos que resultaram dessa fiscalização, dessa presença.

Mas o órgão não se limita à defesa dos trabalhadores, como as entidades sindicais de modo geral. Ele busca avançar no sentido de incluir na sua agenda temas que eliminem a cultura do segredo na vida pública, que deem mais equidade nas disputas eleitorais e que também ampliem a transparência e o controle social. Nesse particular, eu queria citar algumas leis para as quais o Diap também colaborou no sentido de que elas pudessem ter sido aprovadas e sancionadas pelo Presidente ou promulgadas pelas Casas do Congresso: lei de combate à compra de votos, uma iniciativa da CNBB que contou com o nosso apoio prontamente; a Lei Geral de Acesso à Informação; a lei complementar que instituiu a ficha limpa nas eleições; a Lei de Conflitos de Interesse; a Lei Capiberibe, que obriga os entes estaduais e municipais a divulgarem, em tempo real, as despesas governamentais; a lei que criou a Comissão da Verdade; e, mais recentemente, a emenda, que o Presidente Renan promulgou dia 28 último, que abre o voto do parlamentares em dois pontos importantíssimos, de cassação de mandatos e de apreciação de vetos presidenciais.

A regra, no Parlamento, é votar aberto. Havia quatro exceções e ficaram apenas duas: eleição da Mesa e apreciação do nome de autoridades. Fora disso, o representante não terá mais direito a voto secreto. Então, há uma série de conquistas. Eu não quero me alongar, porque o Presidente, certamente, tem outros compromissos, mas eu queria apenas registrar que as manifestações de junho, por exemplo – concluo dizendo isto –, foram produtos, em certa medida, da insatisfação do cidadão com as instituições públicas de

um modo geral. O cidadão se manifestou em quatro das suas cinco dimensões. Ele se manifestou na dimensão de eleitor, porque não tem se sentido representado, e essa promulgação da PEC foi uma medida importantíssima, uma resposta às ruas. Por que o eleitor não se sente representado? Porque ele é o titular do poder. Ele apenas delega para que alguém, em seu nome, possa legislar ou administrar, mas tem que ser com base num programa, com prestação de contas e alternância no poder, e nem todos os homens públicos detentores de um mandato têm tido esse cuidado. Isso é preocupante, porque as pessoas se afastam da política.

A segunda dimensão foi a de contribuinte. A percepção geral é de que é mal aplicado o dinheiro público, aquele que decorre da arrecadação de tributos, e que vai para financiar empresários que se apropriam desses recursos, que vai para financiar estádios que pobre não frequenta, que vai para desvio de conduta, etc. Então, isso tudo leva as pessoas a terem essa visão parcial, focada nesse aspecto. Isso é fundamental, é importante, mas não é tudo. As políticas públicas que o Brasil oferece são responsáveis pela paz social neste País. Não tenho tempo para detalhar esse aspecto, mas, de qualquer maneira, esse protesto na dimensão de contribuinte enfocou, basicamente, esses três pontos mencionados. Ele se manifestou também na condição de usuário de serviços públicos. Os serviços públicos são de má qualidade. E o curioso é que não o são apenas para os pobres. Qual a diferença entre o pobre e o rico no trânsito? É que um vai dentro de um automóvel e o outro vai dentro de um ônibus, mas ambos ficam engarrafados. Na área da saúde, a mesma coisa. Tendo um plano de saúde ou indo para o SUS, ele vai esperar do mesmo jeito.

A única diferença que ainda existe é na educação. Na segurança é a mesma situação. Por último, a dimensão de consumidor, temeroso de que a inflação retornasse, que o juro voltasse a subir e que, portanto, a sua condição de vida piorasse nessa perspectiva. Por que essas manifestações não tiveram uma dimensão maior ou não se mantiveram ao longo do tempo, embora eu ache que elas voltem em 2014, por conta da eleição presidencial e da Copa? Basicamente, por uma razão: porque na quinta dimensão do cidadão, que é a de trabalhador como classe, ele não se manifestou. E por que ele não se manifestou? Porque, em tese, levando em consideração custos e benefícios, ele entendeu que a situação estava razoavelmente boa do ponto de vista da melhoria da renda e do ponto de vista da geração de empregos. O índice de desemprego no Brasil hoje é muito baixo e está havendo aumento de renda, como as pesquisas do Dieese comprovam.

Se os trabalhadores tivessem ido como classe, duas teriam acontecido e uma teria sido evitada. Com a participação dos trabalhadores e suas entidades, esses movimentos de baderna que aconteceram em determinadas manifestações certamente não teriam acontecido. Em segundo lugar, estaria na pauta, com certeza, um questionamento da política econômica se os trabalhadores tivessem ido para rua. E, terceiro, certamente, haveria o pedido de destituição de governo, na medida em que estariam insatisfeitos e esses pontos não estavam presentes. Então, reitero e concluo dizendo que a política é fundamental, precisa ser fortalecida, e que não existe solução fora da política. Quem desdenha da política o faz por ignorância, e estas são as principais vítimas do processo político, ou por má-fé, aqueles que querem que as pessoas de bem se afastem desse processo para que elas se apropriem do aparelho do Estado, porque, enquanto não inventarem outra solução, a democracia é que vai prevalecer, o Estado moderno é que vai prevalecer. E ele tem três monopólios: o de legislar, o de tributar e o de arrematar exércitos para fazer cumprir as suas decisões. E essas três dimensões, formuladas por intermédio de políticas públicas, sempre são feitas por meio das instituições e, em consequência, por meio de pessoas eleitas diretamente.

Então, afastar a população disto significa dizer que ela não terá participação, influência nos destinos da Nação, já que não participou disso diretamente. Anular o voto, por exemplo, não faz nenhum efeito. É um protesto individual, mas que não é considerado para efeito de resultado eleitoral. Se todo mundo anular e um votar, aquele voto valida quem foi eleito, e, portanto, ele vai decidir, embora sem a legitimidade requerida. Então, é importante fortalecer a política. Eu quero, então, concluir agradecendo à presidência do Presidente Renan, um democrata, um homem que, nas publicações do Diap, sempre figura entre aqueles mais influentes, tanto no critério do Diap, que já mencionei aqui, quanto no critério dos próprios Parlamentares, que votam, livre e espontaneamente, para escolher, na visão deles, os mais influentes.

O Senador Renan sempre figurou nesses dois levantamentos, tanto no dos cem mais influentes, quanto no dos dez mais influentes. É um democrata, como já disse, e um homem comprometido com a transparência e a democracia. Ele tomou uma série de iniciativas muito importantes no Senado Federal em resposta às urnas. Infelizmente, nem todas elas foram, ainda, transformadas em políticas públicas, em leis, mas estão em andamento. Portanto, esse pioneirismo é motivo de elogio. Parabéns pela iniciativa, Presidente! (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Antônio Augusto de Queiroz, o Sr. Rodrigo Rollemberg deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Antes de concedermos a palavra ao Clemente Ganz Lúcio, vamos conceder a palavra ao Senador Valdir Raupp, Presidente do PMDB e uma das referências da Bancada do PMDB no Senado Federal. Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros; Diretor Superintendente do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar do Distrito Federal, Sr. Epaminondas Lino de Jesus; Diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar do Distrito Federal, Sr. Antônio Augusto de Queiroz; Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos de São Paulo, Sr. Clemente Ganz Lúcio; senhoras e senhores, o Congresso Nacional realiza hoje esta sessão solene em homenagem aos 30 anos de existência do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. O Diap, como é mais conhecido entre nós esse Departamento Intersindical, é um dos melhores exemplos da importância da Constituição de 1988, uma Constituição Cidadã, como disse o nosso saudoso Ulysses Guimarães, e democrática, porque criou os alicerces políticos para a maior participação de uma sociedade cada vez mais pluralista e participativa nos destinos do País e do seu povo. Vínhamos de um tempo sombrio, quando o cidadão brasileiro não tinha vez nem voz. O Texto Constitucional fez com que cidadania e democracia pudessem, de fato, caminhar juntas na construção de uma política voltada para os interesses comuns da sociedade brasileira. As decisões políticas eram tomadas sem uma participação mais efetiva do povo. A sociedade não se organizava, porque não lhe era permitido o pensamento coletivo, sob pena da perda





das liberdades individuais. Foi a sociedade organizada que restaurou as nossas liberdades, nos movimentos como o Diretas-Já, pela Anistia, pela ética na política e tantos outros. É essa mesma sociedade organizada que, neste 2013, ocupou ruas e praças de todo o País, na busca dos direitos consagrados na mesma Constituição de 1988. É a sociedade brasileira no seu justo desejo de, efetivamente, participar dos rumos da política.

O Diap teve como seu idealizador o advogado trabalhista Ulisses Riedel de Resende e foi criado em 19 de dezembro de 1983, no passo, portanto, dos movimentos populares que ocuparam o Congresso Nacional na construção de uma Constituição cidadã e democrática. No passo do desejo da sociedade de se organizar no sentido da maior participação nos seus próprios destinos. Uma sociedade que não quer ser, tão somente, objeto da história, mas construí-la, ela mesma, dentro dos desejados limites da democracia. O Diap foi criado, como nos seus documentos oficiais, “para atuar junto aos Poderes da República”, mas com especial ênfase “no Congresso Nacional”.

Nesses 30 anos, essa instituição deu mostras da sua relevância, porque seus trabalhos tornaram-se referência entre nós, pela qualidade e, principalmente, porque, para todos nós que militamos na política, sabemos que se trata de uma entidade que tem, como princípios fundamentais, “decisões democráticas, atuação suprapartidária, conhecimento técnico e atuação como instrumento dos trabalhadores em matérias consensuais no movimento sindical, que representem o seu pensamento majoritário”.

É por isso, Sr. Presidente, que a atuação o Diap tem sido, para todos nós, nessas três décadas de sua existência, uma referência para a boa política. Seus trabalhos são indicadores de rumos para a tomada de decisões, principalmente no Congresso Nacional; legitimam as nossas propostas legislativas e nos indicam se os anseios gravados na Constituição de 1988 estão, de fato, sendo colocados em prática. O Diap é constituído por centenas de entidades sindicais de trabalhadores, presentes em todos os Estados, congregando Centrais, Confederações e Associações.

Diversas são as atividades desempenhadas pelo Diap no sentido de contribuir e subsidiar os debates sobre os assuntos de interesse dos trabalhadores, por meio de estudos técnicos e políticos. Desde 1994, o Diap publica Os Cabeças do Congresso Nacional, que são aqueles que se diferenciam pela capacidade de conduzir debates, negociações ou articulações dentro do ambiente político. Esta celebração pelas três décadas de existência do Diap é mais que um reconhecimento da importância de um departamento que congrega as entidades sindicais do



País; é, na verdade, um culto à democracia e à cidadania. Daí que o Diap é mais que um “departamento”, no sentido restrito da expressão; ele é um espaço de participação plural, democrático e cidadão. A democracia e a cidadania também celebram a existência do Diap. Se depender da atuação do Diap, o País será sempre mais justo e verdadeiramente democrático. Parabéns ao Diap! Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Sr. Clemente Ganz Lúcio, Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

O SR. CLEMENTE GANZ LÚCIO – Bom dia, Senador Renan Calheiros, Presidente desta Casa, que preside esta Sessão Solene. Quero saudar o companheiro Epaminondas, Diretor-Superintendente do Diap, também por muitos anos Diretor do Dieese, Coordenador do Dieese de Brasília. Trata-se de um grande militante dessas duas organizações e responsável pelo sucesso e pelo trabalho político de sustentação de instituições tão importantes como o Diap. Quero saudar também o Antônio Augusto, nosso amigo e companheiro Toninho, pelo excelente trabalho de coordenação do Diap, por toda a militância junto ao movimento sindical e ao Congresso Nacional para trazer a agenda dos trabalhadores e fazer uma atuação junto ao Parlamento para que essas questões da vida dos trabalhadores e do mundo do trabalho estejam qualificadas pelo debate público que estas Casas, em particular o Senado, aqui promovem com tanta competência e responsabilidade. Queria saudar os diretores sindicais do Diap, os dirigentes sindicais que representam as entidades sócias do Diap; saudá-los pelo trabalho que fizeram nesses 30 anos de sustentação e de orientação política do Diap.

Queria saudar, também, toda a equipe técnica, toda a equipe de trabalhadores e funcionários do Diap pelo excelente trabalho realizado ao longo desses anos, pelas publicações, pelo trabalho de assessoria, pelo trabalho de

articulação institucional visando colocar a pauta dos trabalhadores e do mundo do trabalho no espaço legislativo. Queria iniciar lembrando que tanto o Diap quanto o Dieese foram fundados em dezembro – o Diap, no dia 19 de dezembro, e o Dieese, no dia 22 de dezembro. Algo deve haver que o movimento sindical, em dezembro, consegue constituir unidade política para criar entidades intersindicais como essa. Eu creio que, na experiência do mundo, o Dieese e o Diap são duas entidades únicas. No caso do Dieese, eu tenho certeza, porque nós temos um trabalho de acompanhamento e sabemos que o Dieese é a única entidade intersindical de assessoria e estatística econômica do movimento sindical – entidade unitária. O movimento sindical tem, em outros países, entidades semelhantes, mas cada central com a sua.

Aqui, no Brasil, em 1955, o movimento sindical decidiu criar uma entidade unitária para fazer assessoria socioeconômica e estatística. Trinta anos depois, decidiu, também no mês de dezembro, criar uma outra entidade unitária, que é o Diap. Acho que essa é uma sabedoria do nosso movimento sindical, uma sabedoria de um movimento que sabe qual é o seu papel e a importância que instituições como o Diap têm para a democracia e para a luta em relação às questões do trabalho. Nós sabemos que, na democracia, o debate público é fundamental para que nós qualifiquemos as questões e para que o processo deliberativo, seja do Executivo, seja do Legislativo – e, no caso do Legislativo, com uma definição das regras que regem as relações sociais –, seja instruído por um bom debate público, pela explicitação das questões, das divergências, da construção das convergências. E o movimento sindical teve a sabedoria de decidir criar uma instituição como o Diap.

E, nesses 30 anos, o Diap, na verdade, confirmou essa sabedoria com esses trabalhos todos que foram feitos, pela relevância que esse trabalho teve para qualificar o debate e com a colaboração que esse trabalho deu a esta Casa e à Câmara dos Deputados, qualificando o debate e colaborando, de forma decisiva, para que questões importantes fizessem parte da pauta e fizessem parte do processo deliberativo, favorecendo milhões de trabalhadores, qualificando a proteção e a promoção social do emprego, do trabalho e da renda dos brasileiros. Queria ressaltar que o trabalho feito ganha relevância na democracia na medida em que o resultado se constitui, por um lado, em um bem de interesse público: o conhecimento que o Diap hoje aporta para a sociedade é um bem de interesse público, porque ele serve a todos, para que possamos qualificar esse debate. E ainda: o serviço que ele presta é de interesse público, porque, mais uma vez, interessa à sociedade que, na nossa democracia, o debate seja feito com qualidade.



Nós acreditamos, mais recentemente, agora, fazendo um trabalho articulado com o Diap, aqui no Congresso, que o Dieese se irmana, de forma concreta, ao trabalho que o Diap faz aqui, visando fortalecer esse nosso trabalho aqui no Congresso, justamente procurando trazer cada vez mais qualidade ao debate, somando-se ao trabalho que o Diap faz, qualificando essa nossa presença do mundo do trabalho, das questões dos trabalhadores, para que tenhamos, na ação política, processos que possam fazer com que nós consolidemos e avancemos, cada vez mais, no desenvolvimento do Brasil, na promoção do enfrentamento das nossas desigualdades e para que tenhamos, de fato, um país justo, solidário, fraterno e um país que tenha, de fato, a capacidade de ser, do ponto de vista político e social, a expressão econômica que já tem por ser uma das grandes economias do nosso Planeta. Portanto, eu queria, em nome do Dieese, registrar a honra de estar aqui representando a instituição nesta solenidade e saudar o Senado Federal por esta sessão solene em reconhecimento da importância política e social do Diap para a sociedade brasileira. Gostaria de saudar o Diap pelos seus 30 anos, desejando longa vida a essa instituição e que continuemos, cada vez mais, como irmãos, trabalhando forte para os trabalhadores e para o trabalho no Brasil. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Exmo. Senador Paulo Paim, que participou da abertura desta sessão histórica; Senador Valdir Raupp; Senador Rodrigo Rollemberg; Diretor-Superintendente do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, Sr. Epaminondas Lino de Jesus; Diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, Sr. Antônio Augusto de Queiroz, nosso querido amigo Toninho, que cumpre, desde a criação do Diap, um destacado papel na coordenação, na militância, com sua insubstituível precisão política; Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Sr. Clemente Ganz Lúcio; Ministro Carlos Mathias, Secretário de Transparência do Senado Federal, senhoras e senhores,

é com muita satisfação que participo desta homenagem do Senado Federal – participo da sessão e a presido com igual satisfação – aos 30 anos do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, que foi fundado em 19 de dezembro de 1983, graças ao empreendedorismo e visão futurista do nosso querido amigo e advogado Ulisses Riedel, com quem tive a honra de conviver por muitos anos aqui no Congresso Nacional. Sou da eleição de 1982; portanto, antes mesmo da Assembleia Nacional Constituinte, eu já era Deputado, representando o meu querido Estado de Alagoas aqui no Congresso Nacional, e estive em todos os momentos do Diap, com o Toninho, com o Epaminondas.

Quero, mais uma vez, externar daqui, da Presidência do Senado Federal, meus parabéns ao Diap, ao Ulisses Riedel, ao Epaminondas, ao Toninho e a todos os que fazem o Diap, por seu trabalho e pelos resultados que ele exhibe todos os dias; e ao Ulisses Riedel pelas ações humanitárias em prol da paz, que é também a sua faceta espiritual. O próprio Diap definiu como meta, Senador Valdir Raupp, a atuação no Congresso Nacional, nas assembleias legislativas e câmaras de vereadores com o propósito de buscar converter em leis as reivindicações majoritárias e consensuais dos trabalhadores.

Dessa forma, ainda antes da Constituinte de 1988, antes da abertura do Parlamento para as ruas, Ulisses Riedel anteviu a necessária e rotineira interação das instituições públicas com a sociedade organizada e, especialmente, com os trabalhadores. Hoje, o órgão faz insubstituível ponte, Toninho, entre o Congresso Nacional, as entidades sindicais e o movimento social. O Diap conta hoje com cerca de 900 entidades sindicais de trabalhadores, reunindo centrais, confederações, federações, sindicatos e associações distribuídas em todos os Estados do País.

Essa representação suprapartidária, sua democracia interna e o conhecimento técnico de seu corpo de funcionários inquestionavelmente se traduzem na força e na legitimidade que o Departamento tem na Capital Federal, onde suas publicações sobre as atividades do Parlamento são leituras imprescindíveis e, como eu já disse, insubstituíveis. Além de boletins informativos, de subsídios e de histórico sobre os projetos, as votações, os estudos técnicos e políticos e o comportamento dos partidos e dos Parlamentares, o Diap publica periodicamente livros como Quem é Quem, com a análise da atuação dos Parlamentares sobre matérias de interesse dos trabalhadores, e também o livro Quem foi Quem na Constituinte, relativo à Constituinte de 1988, com a análise da atuação dos Constituintes. Toninho, permita-me publicamente agradecer, porque tive a honra de ser um dos Constituintes nota dez, menção que mais uma vez agradeço e que é para mim motivo de orgulho pessoal.

A partir de 1994, de maneira inédita, preenchendo um vácuo na análise do comportamento do Legislativo brasileiro, o Diap passou a editar a série anual “Os Cabeças” do Congresso Nacional sobre a atuação daqueles tidos como os principais Parlamentares em Brasília. O Diap, portanto, participou e participa ativamente da construção da democracia brasileira. E seu trabalho, dia a dia, nas atividades do Parlamento, colabora decisivamente para a melhoria e o aperfeiçoamento das instituições, na defesa da causa pública. Um dos grandes incentivadores do Diap nos últimos anos, que, mais uma vez, quero saudar de maneira especial pelo nosso convívio também aqui, é o dirigente Antônio Queiroz, que, inclusive, é conhecido por todos nós como Toninho. É também muito conhecido por sua dedicação permanente à causa trabalhista e à causa popular. A edição de Os Cabeças do Congresso Nacional é um trabalho resultante de pesquisas feitas junto aos formadores de opinião. E, mais uma vez, quero agradecer, em nome do Congresso Nacional, a deferência que faz o livro Os Cabeças do Congresso aos nossos Congressistas que mais influenciam o dia a dia das nossas decisões. Quero, sinceramente, no momento em que nos preparamos para encerrar esta sessão, desejar que o Diap celebre muitos anos de vida, muitos mais anos de vida, com a continuidade desses relevantes serviços prestados ao nosso País e ao Congresso Nacional, os quais ensejam esta justíssima homenagem pelos seus 30 anos.

Antes de encerrar, eu gostaria de aproveitar a oportunidade para comunicar ao Senado Federal e ao País que, amanhã, haverá uma solenidade muito importante no Palácio do Planalto. A Presidente Dilma Rousseff convidou todos para a cerimônia de regulamentação da Lei Complementar nº 142, de 8 de maio de 2013. Essa Lei é muito importante para a sociedade e é, sobretudo, a reafirmação dos compromissos do Senado Federal em fazer lei para os que mais precisam dela. Essa Lei reduz os limites de tempo de contribuição e de idade para a concessão de aposentadoria a pessoas com deficiência. Como todos sabem, essa





Lei estava tramitando no Senado Federal há muito tempo, e nós assumimos um fundamental compromisso com sua aprovação. Ela foi aprovada e contou para sua aprovação com a dedicação, com a competência e com a mobilização do Senador de Brasília Gim Argello. Essa Lei caracteriza conquistas sociais importantíssimas com relação aos deficientes físicos. O homem poderá se aposentar com 25 anos de contribuição, e a mulher, com 20 anos, no caso de deficiência grave.

No caso de deficiência moderada, o homem terá o direito à aposentadoria aos 29 anos. Os homens considerados com deficiência leve podem se aposentar com 33 anos de contribuição, e as mulheres, com 28 anos. Também há novas regras para quem se aposenta por idade. Quero cumprimentar o Senador Paim, mais uma vez; o Senador Gim Argello; o Senador Lindbergh Farias, que é Senador pelo PT do Rio de Janeiro; o Senador Eduardo Braga, que é Líder do Governo nesta Casa do Congresso Nacional; o Senador Eunício Oliveira, que é Líder da Bancada do PMDB; o Senador Valdir Raupp e também o Senador Rodrigo Rollemberg.

Dois fatos nos obrigam a apresentar, em nome do Senado Federal, os nossos pêsames, os mais sentidos pêsames. Marcelo Déda, Governador de Sergipe, pela morte precoce aos 53 anos, deixa familiares, amigos e a população brasileira desolados. Marcelo Déda, como o Toninho sabe e todos sabem, foi um grande quadro do PT e um expoente da política nacional, tendo atuado bravamente nas discussões dos grandes temas do Brasil e do Estado que ele representou aqui durante muito tempo, o Estado de Sergipe. Déda era um homem muito culto e de personalidade admirável, era dono de um carisma e de uma eloquência cativante e de uma força notável. Essa força acompanhou Marcelo Déda nos quatro anos durante os quais ele lutou contra a doença que lamentavelmente o consumiu. A política brasileira perde um grande nome. Os familiares de Marcelo Déda e os sergipanos perdem também um grande homem. No momento em que encerro esta sessão, quero dizer que o

Senado Federal, nos últimos 12 meses, procurou cumprir seu papel na representação da sociedade brasileira. Depois das manifestações de junho, nós avançamos bastante na nossa pauta, na nossa agenda legislativa. Entre as várias matérias que aprovamos, algumas tramitaram no Senado Federal, foram aprovadas no Senado Federal e ainda aguardam tramitação na Câmara dos Deputados.

Entre elas, está a que tornou a corrupção um crime hediondo, a que exige a ficha limpa para servidores dos Três Poderes, a que acaba com a aposentadoria para juízes e promotores que cometem crimes, a que regulamenta os direitos dos empregados domésticos. Como vocês sabem, nós fizemos uma mudança na Constituição para garantir aos empregados domésticos os mesmos direitos dos outros trabalhadores no Brasil. Também já regulamentamos no Senado – falta regulamentar na Câmara dos Deputados, falta que seja aprovada lá – a lei que favorece as iniciativas populares. E votamos, recentemente, regras para o financiamento da saúde, o que era também uma demanda das manifestações de junho. Elevamos o valor do chamado Orçamento impositivo e colocamos 50% para a saúde.

Nós vamos votar – na próxima semana, já está pautado – o PNE, que é o Plano Nacional de Educação, que dá também, com relação à educação, os primeiros passos no sentido do seu definitivo financiamento. Já destinamos também, durante este ano, 75% dos royalties para a educação e 25% para a saúde. Mais uma vez, Toninho, isso significa que o Senado Federal está procurando, cada vez mais, aproximar-se da sociedade brasileira, para melhor cumprir seu papel nesta representação. Quero agradecer a todos e, mais uma vez, cumprimentar o Diap pelos 30 anos de existência. (Palmas.) Cumprida a finalidade da sessão, agradeço às personalidades que nos honraram com seu comparecimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Está encerrada a presente sessão. (Levanta-se a sessão às 12 horas e 41 minutos.)

